



CALCÁRIO DO BRASIL S/A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

CALCÁRIO DO BRASIL S/A
CNPJ (MF) 23.549.272/0001-40

EMPRESA BEBNEFIÁRIA DE INCENTIVOS FISCAIS: FINOR

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V. Sas., em conformidade com as disposições legais e para as suas devidas apreciações, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixas e do Valor Adicionado, e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e dos Auditores Independentes referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2024.



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		<u>2.369</u>	<u>2.303</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.3	31	33
Contas a receber de clientes	3	1.319	1.861
(-) Provisão P/devedores duvidosos	3	(362)	(901)
Adiantamentos a funcionários		-	6
Adiantamentos a fornecedores		252	310
Créditos fiscais		372	245
Estoques	4	756	747
Despesas antecipadas		-	3
Não circulante		<u>29.720</u>	<u>30.334</u>
Realizável a longo prazo		<u>2.021</u>	<u>2.324</u>
Empréstimos a pessoas ligadas		2.020	2.324
Aplicações financeiras		1	-
Imobilizado	5	<u>27.699</u>	<u>28.010</u>
Total do ativo		<u><u>32.089</u></u>	<u><u>32.637</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

**CALCÁRIO DO BRASIL S.A.****BALANÇO PATRIMONIAL**
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		2.447	3.839
Fornecedores		387	878
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	6	812	833
<i>Refis</i>	7c	14	-
Adiantamento de clientes		80	49
Outras obrigações		152	56
Parcelamentos de Tributos (CP)		1.002	2.023
Não Circulante		65.260	63.608
Fornecedores		1.110	146
Empréstimos e financiamentos	7a	23.361	23.285
Obrigações Sociais e tributária		31.322	31.728
<i>Parcelamentos de Tributos (LP)</i>	7c	31.322	31.728
Créditos de pessoas ligadas		4.415	3.362
Provisão p/ IRPJ e CSLL diferido		5.053	5.083
Outras Obrigações		-	4
Patrimônio líquido		(35.618)	(34.810)
Capital social	9a	8.651	8.651
Ajuste de avaliação patrimonial	8b	16.672	16.768
Prejuízos Acumulados		(60.942)	(60.230)
Total dos passivo e patrimônio líquido		32.089	32.637

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

		31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	7.680	5.386
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		(5.739)	(3.860)
LUCRO BRUTO		1.941	1.526
(-)DESPESAS OPERACIONAIS		(1.778)	(3.471)
Despesas gerais e administrativas	11	(902)	(1.619)
Despesas com vendas		(744)	(263)
Depreciação		(399)	(2.051)
Outras Receitas(Despesas) operacionais	12	267	462
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		163	(1.946)
Despesas financeiras		(1.006)	(4.691)
Receitas financeiras		4	1
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCROS		(838)	(6.635)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(838)	(6.635)
PREJUÍZO LIQUIDO P/AÇÕES		(2,43)	(19,20)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
PREJÚIZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(838)	(6.635)
Outros resultados abrangentes	(96)	(96)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	(126)	(126)
Tributo sobre a realização da Reserva de avaliação patrimonial	30	30
RESULTADO ABRANGENTE	(934)	(6.792)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

Eventos/contas	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	8.651	16.864	(53.721)	(28.206)
Realização da reserva de ajuste patrimonial		(126)	126	-
Ajuste Provisão P/IR e CSLL		30	-	30
Prejuízo líquido do exercício			(6.635)	(6.635)
Saldos em 31/12/2023	8.651	16.768	(60.230)	(34.810)
Realização da reserva de ajuste patrimonial		(126)	126	-
Ajuste Provisão P/IR e CSLL		30	-	30
Prejuízo líquido do exercício			(838)	(838)
Saldos em 31/12/2024	8.651	16.672	(60.942)	(35.618)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.



CALCÁRIO
DO BRASIL
S.A.

CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

METÓDO INDIRETO
(EM MILHARES DE REAIS)

	01/01/2024 A 31/12/2024	01/01/2023 A 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Período	(838)	(6.635)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	399	2.051
Provisão/Reversão para perdas de créditos	(538)	401
Subtotal	(978)	(4.184)
Variações no Ativo Circulante		
Redução/Aumento de ativos		
Contas a receber	542	(532)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	63	2.010
Créditos Fiscais	(128)	21
Estoques	(10)	(264)
Despesas pagas antecipadamente	3	182
Subtotal	471	1.416
Variações no Passivo Circulante		
Aumento de passivos		
Fornecedores	474	321
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(414)	24.456
Adiantamento de clientes	32	(2.751)
Outras obrigações	96	(29)
Subtotal	188	21.997
Caixa líquida gerada pelas atividades operacionais	(319)	19.229
Atividades de Investimento		
Aumento/Redução do realizável a longo prazo	303	(1.444)
Aquisição/Baixa de bens do imobilizado	(87)	(1.646)
Caixa líquida aplicada nas atividades e investimentos	216	(3.090)
Atividades de Financiamento		
Emprestimos/Financiamentos	76	(222)
Créditos Pessoa Ligadas	1.052	3.362
Outras Contas - LP	(1.027)	(19.358)
Caixa líquido (aplicado nas) /gerado pelas atividades de financiamen	102	(16.217)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2)	(78)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	33	110
No final do período	31	33
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2)	(78)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Calcário do Brasil S/A.
Fortaleza - CE
Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia encontra-se em operação e tem como atividade preponderante a mineração, o beneficiamento e a comercialização de minérios metálicos e não metálicos.

Desde as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado impacto adicional aos divulgados nas demonstrações financeiras anuais, no que tange os temas a seguir:

- (i) Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida;
- (ii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores;
- (iii) Matriz de riscos para o cálculo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- (iv) Estimativa de perda dos estoques por decorrência de baixo giro e alteração do valor realizável.

2 PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pela Empresa estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Administração da Companhia vem desenvolvendo trabalhos de reestruturação administrativa, assim como, buscando na justiça, soluções que poderão alterar substancialmente o quadro atual. Em caso de decisões favoráveis à empresa, esta passará a uma situação patrimonial sólida, tendo em vista que a indústria possui boa estrutura física e as operações estarem transcorrendo de maneira eficiente e consolidada.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez./24 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 01/out./25.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IA S 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento referem -se às

adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 – Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 – Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas Financeiras” no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de “Subvenções Governamentais-Agências de Fomento” **Recebíveis** – Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.5 – Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelos produtos vendidos no decurso normal das atividades da Empresa, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

A Empresa constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas.

2.6 – Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques de matérias primas e almoxarifado estão avaliados ao custo médio de aquisição e/ou extração. Os estoques de produtos acabados estão avaliados ao custo médio de produção e não superam os valores de mercado

2.7 – Imobilizado

O imobilizado está demonstrado aos valores de aquisição, de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial para determinação do seu novo custo atribuído (*deemed cost*) em atendimento ao ICPC N° 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens.

Entende-se como vida-útil o período durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou o quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo. A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com “ativos semelhantes”.

2.8 – Provisão para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como “*Impairment Test*”, apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05(cinco) anos de atividades da Empresa e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através de Laudo de avaliação. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2024.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico da Empresa buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) – Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31/12/2024, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.9 – Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.10 - Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

2.11 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente não foram calculados em função de ter sido apurado prejuízo fiscal.

2.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo

liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado.

2.13 – Arrendamento Mercantil – IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Na Calcário do Brasil S/A, os contratos com essas características são registrados no ativo imobilizado e estão sendo depreciação de acordo com o prazo dos contratos.

DEPRECIÇÃO - IFRS 16 (CALBRÁS - POSIÇÃO: ARRENDATÁRIA)

OBJETO DE LOCAÇÃO	CATEGORIA	LOCADOR	LOCATÁRIA	PERÍODO (MESES)	DATA INÍCIO	DATA FIM	DEPRECIÇÃO/ MÊS	CONTRATO A VALOR PRESENTE	% Ao Mês
GALPÃO COMERCIAL - JANGURUSSU	IMÓVEL	FRANCISCO MOÉSIO VASCONCELOS MOURA	CALCÁRIO DO BRASIL S/A	25	jan/23	fev/25	4.077,48	101.937,07	4%

2.14 – Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis devendo ser acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.15 – Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelas vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base as vendas realizadas até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados as vendas possam ser mensuradas confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem a ser entregue, a Empresa deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pela Empresa através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

3 CONTAS A RECEBER E CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes no País	1.319	1.861
(-) Provisão p/devedores duvidosos	(362)	(901)
	<u>957</u>	<u>960</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	861	682
<u>Vencidas:</u>		
De 1 a 30 dias	86	112
De 31 a 60 dias	9	34
De 61 a 90 dias	0	60
De 91 a 180 dias	0	72
Há mais de 180 dias	362	901
	<u>1.319</u>	<u>1.861</u>

4 ESTOQUES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Matéria prima	-	41
Produtos acabados	115	20
Produtos em elaboração	98	236
Almoxarifado	544	450
Total	<u>756</u>	<u>747</u>

5 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação	R\$ mil 2024	R\$ mil 2023
Terrenos		3.452	3.452
Terrenos - Ajuste de aval. patr.		529	529
Imóveis – Edificações	4%	5.649	5.649
Imóveis - Edificações - Ajuste de aval. patr.	4%	313	313
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	17.095	16.994
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos - Ajuste de aval. F	10%	2.973	2.973
Veículos	20%	397	397
Móveis e utensílios	10%	339	334
Instalações	10%	1.174	1.174
Instalações - Ajuste de aval. patr.	10%	387	387
Adiantamento para inversões fixas		217	217
Mínas e Jazidas	0,50%	2.400	2.400
Mínas e Jazidas - Ajuste de aval. patr.	0,50%	22.779	22.779
Direito de Uso	(de acordo com prazo do contrato)	101,94	101,94
(-) Depreciações acumuladas		(30.106)	(29.689)
Total		27.699	28.010

O valor do Direito de Uso e a sua depreciação estão evidenciados abaixo:

DEPRECIÇÃO - IFRS 16 (CALBRÁS - POSIÇÃO: ARRENDATÁRIA)

OBJETO DE LOCAÇÃO	CATEGORIA	LOCADOR	LOCATÁRIA	PERÍODO (MESES)	DATA INÍCIO	DATA FIM	DEPRECIÇÃO/ MÊS	CONTRATO A VALOR PRESENTE	% Ao Mês
GALPÃO COMERCIAL - JANGURUSSU	IMÓVEL	FRANCISCO MOÉSIO VASCONCELOS MOURA	CALCÁRIO DO BRASIL S/A	25	jan/23	fev/25	4.077,48	101.937,07	4%

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é demonstrada da seguinte forma:

	Saldo em 31/dez./23	Adições	Baixas	Saldo em 31/dez./24
Depreciações Acumuladas	28.213	310	-	28.523
Obras Preliminares e Complementares	1.382	39	-	1.421
Obras Cíveis	3.804	34	-	3.838
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	17.779	169	-	17.948
Veículos	398	0	-	398
Móveis e Utensílios	108	10	-	117
Big Bags com Retorno	15	6	-	22
Instalações	1.170	1	-	1.171
Máquinas e equipamentos - ajuste patrimonial	2.973	0	-	2.973
Obras cíveis - ajuste patrimonial	149	10	-	160
Instalações - ajuste patrimonial	387	0	-	387
Direito de Uso - Arrendamento	49	41	-	90
Exaustão Acumulada	1.477	107	-	1.583
Mínas e Jazidas	16	12	-	28
Mínas e Jazidas - ajuste patrimonial	1.461	95	-	1.555
Total da Depreciação/Exaustão	29.689	417	-	30.107

c) Composição da depreciação com a respectiva movimentação:

	Saldo em 31/dez./23	Adições	Baixas	Saldo em 31/dez./24
Terrenos	3.452			3.452
Terrenos - Ajuste de aval. patr.	529			529
Imóveis – Edificações	5.649			5.649
Imóveis - Edificações - Ajuste de aval. patr.	313			313
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16.994	101	-	17.095
Máquinas, apar. e equipamentos - Ajuste de aval. patr.	2.973			2.973
Veículos	397	-	-	397
Móveis e utensílios	334	5		339
Instalações	1.174			1.174
Instalações - Ajuste de aval. patr.	387			387
Adiantamento para inversões fixas	217	-	-	217
Minas e Jazidas	2.400			2.400
Minas e Jazidas - Ajuste de aval. patr.	22.779			22.779
Direito de Uso - Arrendamento	101,94	-		102
Total	57.699	105	-	57.805

Os encargos de depreciação e exaustão reconhecidos no resultado do exercício foram de R\$ mil 399. O ativo imobilizado da empresa, após análises de fontes internas e externas de informação, não apresentou qualquer indício de perda ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da empresa. O cálculo de exaustão das minas e jazidas levam em consideração uma taxa anual de 0,5% em função da reserva mineral medida ser suficiente para suprir a produção corrente por aproximadamente de 200 anos.

(*) Os encargos de depreciação dos bens de uso variam conforme o prazo do contrato, nesse caso específico, a depreciação considerada foi de 4% ao mês.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. A administração da Companhia não identificou indícios de perda sobre os seus ativos durante o exercício de 2023.

6 OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os passivos tributários estão apresentados com as respectivas atualizações (juros, multas e encargos financeiros), conforme determina a legislação contábil para a posição em 31/12/2024.

Por meio da transação individual com a Procuradoria Geral da União (PGFN) os débitos inscritos em dívida ativas da entidade foram regularizados. O detalhamento dessa negociação está evidenciado na nota 7c.

TRIBUTOS	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	53	0
CSRF s. Serv. Prestado PJ	0	1
FGTS	361	343
ICMS	82	57
INSS s/ salários	107	173
REFIS FEDERAL	722	18
REFIS ESTADUAL	293	651
IRRF s. Salários	8	11
IRRF s. Serv. Prestado PJ	0	0
IPI	1	0
PIS	11	0
Salários e Remunerações a Pagar	184	222
OUTROS	3	7
TOTAL	1.827	1.484

7 OUTROS PASSIVOS

a) Instituições financeiras

A composição dos financiamentos, com prazos variáveis, é apresentada de acordo como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Financiamento p/Aquisição de máquinas e equipamentos de 12% a.a. + TR	-	23.361
	-	23.361

b) Parcelamento Tributário – Refis Federal e Transação Individual (PGFN)

As obrigações sociais e tributárias a título de Refis estão demonstradas conforme segue:

REFIS IV FEDERAL

HISTÓRICO	R\$ MIL
Saldo em 31/12/2023	18
AMORTIZAÇÕES	(4)
MIGRAÇÃO TRANSAÇÃO INDIVIDUAL	
AJUSTES DO PERÍODO	
Saldo em 31/12/2024	14
CURTO PRAZO	14
LONGO PRAZO	-

Em meados do ano de 2022, a empresa iniciou uma negociação junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularizar os débitos existentes, já inscrito em dívida ativa, a nível de grupo.

Nesta transação foram estabelecidas condições mais flexíveis para pagamento das dívidas tributárias, com parcelamento em cento e vinte parcelas para débitos não previdenciários e sessenta parcelas para débitos previdenciários, redução de juros, multa e utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL para amortização do saldo devedor.

Essa transação individual foi protocolada na PGFN em 07 de março de 2023 sob o requerimento de número 20230075068 (protocolo: 005768122023), na Quinta Região Fiscal.

Ressalta-se que a transação individual regularizou a situação dos débitos tributários que até 2022 não estavam atualizados. Portanto, em 31/12/2024 os débitos tributários estão apresentados com as respectivas atualizações (juros, multas e demais encargos), conforme determina a legislação contábil.

O montante da dívida a título de Refis que migrou para a Transação Individual foi demonstrado no quadro acima.

Abaixo a demonstração dos valores parcelados na Transação Individual com a segregação entre curto e longo prazo.

TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

HISTÓRICO	R\$ MIL
Saldo em 31/12/2023	31.695
AMORTIZAÇÕES	(1.265)
AJUSTES DO PERÍODO	766
Saldo em 31/12/2024	31.196
CURTO PRAZO	1.363
LONGO PRAZO	29.833

8 RESPONSABILIDADE E CONTINGÊNCIAS

A sociedade possui contingências decorrentes de financiamentos contraídos junto ao BANFORT e BNDES, cujos encargos cobrados pelas Instituições estão sendo contestados em juízo. As causas encontram-se em andamento na Justiça Estadual, não sendo possível determinar-se prazos para o desfecho delas. Todos os débitos estão demonstrados no exigível a longo prazo pelos valores que a empresa entende ser devido, aguardando desenrolar favorável às suas pretensões.

A assessoria jurídica da Companhia informou que há grandes chances de êxito.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital Social, o qual pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, é composto de 345.565 ações ordinárias, sem valor nominal.

A composição do capital social é a seguinte:

<u>Tipo de ações</u>	<u>Posição atual</u> <u>Quantidade de ações</u>	<u>Posição atual</u> <u>Em R\$ mil</u>
Ordinárias	<u>345.565</u>	<u>8.651</u>
Total	<u>345.565</u>	<u>8.651</u>

As ações preferenciais são asseguradas: a) prioridade na distribuição de dividendo mínimo, correspondente à participação que lhe couber no rateio do dividendo obrigatório de que trata o artigo XXVI do Estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 a 197 e nos parágrafos 3º e 4º do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, prejudicar o direito das ações preferenciais de receber o aludido dividendo mínimo prioritário, conforme estabelece o artigo 203 da citada Lei; b) prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da sociedade; e c) participação integral nos resultados da sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie e classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação ocorrida nessa conta foi de acordo como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo de exercício anterior	16.768	16.864
Realização de reserva ocorrida no exercício	(126)	(126)
Ajuste provisão IRPJ e CSLL	30	30
Saldo no exercício atual	16.672	16.768

10 RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional bruta	8.850	6.489
Deduções de Vendas	(1.170)	(1.104)
Impostos incidentes	(1.133)	(946)
Vendas canceladas	(37)	(157)
Receita líquida de vendas	7.680	5.386

11 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

<u>Composição das despesas administrativas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas c/ Pessoal	494	389
Encargos Sociais	242	198
Diretoria	4	12
Despesas Administrativas em Geral	397	432
Despesas Tributárias	33	10
TOTAL	1.170	1.041

12 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Venda de Bens de Uso	-	202
Outras Receitas	267	343
Outras Despesas	-	(84)
Total líquido	267	462

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui nenhuma transação em aberto em 31 de dezembro de 2024, envolvendo instrumentos financeiros complexos.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades, investimentos e empréstimos e financiamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

14 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A Administração da Companhia vem adotando algumas medidas, como forma de equalizar a situação patrimonial e financeira de curto prazo.

Durante o exercício de 2024 a área financeira a Companhia continuou em negociações para fins de alienação de parte do seu patrimônio mineral para angariar recursos que serão aplicados no capital de giro da empresa. A Companhia também implantou um plano de pagamento de fornecedores em atraso, já com bastante êxito, medidas financeiras pelo qual entendemos ser suficiente para a continuidade dos negócios.

A Administração da Companhia acredita que estas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro e de resultado a curto prazo.

15 ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOSNAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A Empresa observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC'S – Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

- O prazo médio das rubricas contas a receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente.

CPC 16 – ESTOQUES

- Os estoques são registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

- As provisões estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa nº 2.10.

CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Desde o exercício de 2021 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO

- A Empresa optou por avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme opção prevista no CPC 27 e ICPC 10, considerando o método de custo, deduzido da depreciação e eventual previsão para perdas (*Impairment Test* – CPC 01), como o melhor método para avaliar os ativos imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Empresa, não sendo necessários quaisquer ajustes.

16 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A administração da Companhia declara que as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão.

CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ
Diretor Presidente

ELIEZER FERNANDES COSTA
Contador CRC-CE 008592/o-0
CPF 203.372.723-87



Audidores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ilmos. Srs. Diretores e Sócios da
CALCÁRIO DO BRASIL S/A
Fortaleza - CE

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Calcário do Brasil S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Calcário do Brasil S/A**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reestruturação financeira e continuidade

Em 31/dez./24 a empresa apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 35.618 (R\$ 34.810 mil em 2023), e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 78 mil (R\$ 1.536 mil em 2023). Uma parcela substantiva de suas obrigações é devida a obrigações fiscais. Conforme nota explicativa nº 14, a Administração vem adotando medidas de reestruturação e outros meios para equacionar preventivamente a situação patrimonial e financeira da Empresa. As demonstrações contábeis estão preparadas sob o princípio contábil da continuidade operacional supondo a utilização dos ativos e liquidação dos passivos no curso das operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Audidores Independentes

Outros assuntos

Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, foram por nós auditadas conforme relatório datado em 20 de maio de 2024, sem ressalvas e com ênfase quanto a reestruturação financeira e administrativa, contingências ativas e passivas e parcelamentos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Audidores Independentes

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de outubro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVIO FERREIRA DE VASCONCELOS JUNIOR
Data: 03/11/2025 16:41:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vasconcelos Associados Auditores Independentes
CRC CE-001325/O-2
Silvio Ferreira de Vasconcelos Junior
CRC PE 016584/O-9 T-CE